

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAMPUS ACADÊMICO DO AGRESTE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

AMANDA FEITOSA DE QUEIROZ

**A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO
BRASIL E A ASCENSÃO DO “ENSINO-MERCADORIA”**

CARUARU, 2017

AMANDA FEITOSA DE QUEIROZ

**A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO
BRASIL E A ASCENSÃO DO “ENSINO-MERCADORIA”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Universidade Federal de Pernambuco, Centro
Acadêmico do Agreste, como parte dos requisitos
obrigatórios para obtenção do título de Bacharelado
em Ciências Econômicas.

Orientador: Dr. André Luiz de Miranda Martins

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Marcela Porfírio CRB/4 - 1878

- Q113i Queiroz, Amanda Feitosa de.
 A internacionalização das instituições de ensino superior no Brasil e a ascensão do
 “ensino-mercadoria”. / Amanda Feitosa de Queiroz. – 2017.
 24f. : 30 cm.
- Orientador: André Luiz de Miranda Martins.
 Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de
 Pernambuco, CAA, Economia, 2017.
 Inclui Referências.
1. Ensino superior. 2. Cooperação internacional. 3. Educação e globalização.
I. Martins, André Luiz de Miranda (Orientador). II. Título.
- 330 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2017-372)

AMANDA FEITOSA DE QUEIROZ

**A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
NO BRASIL E A ASCENSÃO DO “ENSINO-MERCADORIA”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada
ao Curso de Ciências Econômicas do Centro
Acadêmico do Agreste da Universidade
Federal de Pernambuco para a obtenção do
grau de bacharel em Economia.

Aprovado em: 01/ 12/ 2017

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. André Luiz de Miranda Martins (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Glaudionor Gomes Barbosa (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Camila N. Teixeira Barbosa (Examinador Externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus por ter me concedido saúde e força, pois sem ele nada disso seria possível.

Agradeço aos meus pais Ezone Maria e Albertino Feitosa (in memoriam) por todo amor, carinho e dedicação, por terem feito o possível e o impossível para me oferecer a oportunidade de estudar, dedico toda a minha vitória a eles.

Agradeço a meu esposo Wagner Amorim que me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades, preocupando-se até como os problemas pelos quais passei durante esse período de construção do TCC.

Agradeço a minha irmã Aline Feitosa por sempre me incentivar e me apoiar durante meu curso.

Agradeço a meu orientador Dr. André Luiz de Miranda Martins pela paciência, pelas orientações nas quais compartilhou comigo suas ideias e conhecimentos. Quero expressar o meu reconhecimento pela sua competência profissional. Obrigado por tudo professor.

Agradeço a todos professores que contribuíram na minha formação acadêmica.

Agradeço a todos os colegas do curso que de alguma forma contribuíram com minha formação, em especial a Marielle e Rayane por estarem sempre me ajudando. Obrigados a todos.

RESUMO

Este trabalho propõe uma discussão sobre a internacionalização das instituições de ensino superior no Brasil e a ascensão do “ensino-mercadoria”. O trabalho é basicamente exploratório, e se valeu de técnicas de pesquisa bibliográfica. Nesta pesquisa abordamos alguns aspectos sobre o processo de internacionalização das instituições de ensino superior privado no qual pontuamos algumas políticas de governo que existem atualmente no Brasil voltadas para o ensino superior. Durante o trabalho descrevemos o histórico da internacionalização das instituições de ensino superior no Brasil e expomos também os aspectos da consolidação da face mercantil do ensino superior brasileiro onde mostramos aspectos teóricos que evidenciam que o ensino superior privado pode ser considerado como mercadoria, com isso também buscamos refletir sobre a qualidade do ensino superior no Brasil. No decorrer do trabalho também relatamos que premido pela concorrência intercapitalista, o setor vem se concentrando e internacionalizando, bem como abrindo seu capital para captar recursos no mercado acionário, consolidando assim a sua inserção nos circuitos da financeirização.

PALAVRAS CHAVES: Internacionalização. Ensino superior. Mercadoria.

ABSTRACT

This paper proposes a discussion about the internationalization of higher education institutions in Brazil and the rise of "teaching-commodity". The work is basically exploratory, and has used bibliographic research techniques. In this research we address some aspects about the process of internationalization of private higher education institutions in which we point out some government policies that currently exist in Brazil focused on higher education. During the paper we describe the history of the internationalization of higher education institutions in Brazil and also explain the aspects of the consolidation of the commercial side of Brazilian higher education where we show theoretical aspects that show that private higher education can be considered as a commodity, reflect on the quality of higher education in Brazil. In the course of our work, we also report that, thanks to the inter-capitalist competition, the sector has been concentrating and internationalizing, as well as opening its capital to raise funds in the stock market, thus consolidating its insertion in the circuits of financialization.

KEY-WORDS: Internationalization. Higher education. Merchandise.

SÚMARIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS E O “NOVO ENSINO PRIVADO”	10
2.1 Questões legais	10
2.2 A internacionalização do ensino superior no Brasil	11
3. ASPECTOS DA CONSOLIDAÇÃO DA FACE MERCANTIL DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO	17
4. NÚMEROS DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS.....	24

1. INTRODUÇÃO

O processo de internacionalização das universidades ganhou destaque nos últimos anos, na pesquisa realizada verificam-se as dificuldades advindas do processo de internacionalização do ensino pelas universidades. Porém, verifica-se um fato preocupante neste cenário o qual os agentes que dominam esse mercado estão pouco preocupados com o ensino que proporcionam a essas pessoas, pois, o que visam são os lucros que possam obter dentro do mercado.

Segundo Martins (2000), os cursos de graduação ficaram sujeitos às pressões exercidas pelo mercado, evoluindo de forma desorganizada de modo a proporcionar o aumento da importância por parte dos interessados em investir no negócio.

A privatização do conhecimento através desse processo é preocupante para a educação, pois, com a internacionalização do ensino as empresas podem utilizar-se do capital privado para se apropriar e direcionar o conhecimento científico dentro das universidades, passando despercebido a qualidade do ensino e apenas se preocupando com os lucros que serão proporcionados por essa atividade organizada como mercantil.

Verificam-se vários cenários no processo de internacionalização do ensino pelas universidades e nesta pesquisa procura-se compreender as políticas de internacionalização do ensino das universidades no Brasil como mercadoria e a qualidade do ensino.

O trabalho é basicamente exploratório, e se valeu de técnicas de pesquisa bibliográfica. Está organizado como segue: no capítulo seguinte transcorremos sobre o processo de internacionalização de empresas, na primeira parte abordamos as questões legais relatando o significado de internacionalização e pontuando as políticas de governo que existe atualmente no Brasil voltadas para a educação superior. Na segunda parte deste mesmo capítulo, descrevemos o histórico da internacionalização das Instituições de ensino superior no Brasil relatando as principais transações que ocorrendo no Brasil, neste capítulo também citamos algumas metas do Plano Nacional de Educação que serviram para impulsionar esse processo e apontamos as políticas de governo voltadas para a educação superior como o Prouni e o Fies.

No capítulo 3 expomos os aspectos da consolidação da face mercantil do ensino superior brasileiro onde mostramos aspectos teóricos que evidenciam que o ensino superior privado pode ser considerado com mercadoria.

O capítulo 4 apresenta os números do ensino superior no Brasil, onde buscamos mostrar que esses dados revelam a importante participação das IES privadas no cenário econômico. E por fim no capítulo 5 citamos algumas considerações sobre a pesquisa e buscamos mostrar a conclusão que se obteve no decorrer da pesquisa.

2. INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS E O “NOVO ENSINO PRIVADO”

2.1 Questões legais

A internacionalização de empresas é um conceito que trata da expansão da empresa através do contato com o exterior. Essa expansão pode acontecer de várias formas: via controle total de ativos pela empresa entrante, através de parcerias (joint-ventures) com empresas sediadas no país onde deseja ingressar, por meio do incremento do fluxo comercial de bens e serviços em outros países, na importação e exportação de insumos de qualidade internacional. Neste caso focaremos nossa pesquisa para a internacionalização por parcerias com empresas sediadas no país, ou seja, estudaremos a internacionalização do ensino superior no Brasil.

Esta internacionalização acontece em um processo no qual as empresas são submetidas um ambiente no qual, pela intensa exposição ao ambiente competitivo, resultam em dois pontos principais: aumento de produtividade e de rentabilidade.

Segundo Martins (2000) foi a partir dos anos 1990, com a estruturação do “novo ensino privado” a partir de novo arcabouço jurídico-organizacional, que houve a consolidação das características inerentes ao ensino superior privado mercantil que está em atuação.

Atualmente nas IES existe uma forte regulação promovida pelo Sistema Federal de Ensino, o qual as Instituições privadas fazem parte, cujo o agente controlador do sistema é o próprio governo, através do MEC. Para controlar a qualidade da educação superior existe o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) o qual impõe uma série de normas e regras a serem cumpridas por qualquer IES. Este processo de regulação realizado pelo SINAES por meio de procedimentos autorizativos compreendidos pelo credenciamento e reconhecimento de IES, bem como autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos.

Porém apesar de existir o SINAES o governo compreender que é necessário a criação de um órgão para controlar a regulação e a supervisão deste setor, atualmente tramita na câmara dos deputados o projeto de Lei PL nº 4372 de 2012 que pretende a criação do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (INSAES) o qual terá a responsabilidade de supervisionar e avaliar instituições e cursos de educação superior.

2.2 A internacionalização do ensino superior no Brasil

As Instituições de Ensino Superior (IES) tem passado por processos de internacionalização nas mais diversas atividades desenvolvidas, seja na área de ensino, de pesquisa ou de extensão. O processo de internacionalização pressupõe cooperação em todas as suas formas: cooperação científica tecnológica e acadêmica; e em seus diferentes níveis: graduação e pós-graduação.

A partir de 1990 ocorreu um movimento de expansão do ensino superior no Brasil, porem só no ano de 2001 foi que ocorreu uma onda de fusão das IES privadas onde alguns grupos financeiros liderados pelos fundos de participações e bancos compraram e venderam parte de unidades de ensino superior privado. Segundo o professor Romualdo Portela de Oliveira da USP, ele diz que “a Constituição de 1988 abriu portas para estes grupos, ao permitir que a atividade na educação gerasse lucro e depois, a LDB de 1996, na época do Paulo Renato (ministro da Educação de FHC), decretou a obrigação de se declarar com ou sem fins lucrativos”. A LDB de 1996 também atribuiu autonomia e competência às universidades, para criar e extinguir cursos na própria sede e remanejar o número de vagas dos cursos que ofereciam, portanto, a LDB deve ser tomada como um marco importante na configuração da educação brasileira.

No Brasil o processo de internacionalização ocorre principalmente pelo motivo do Brasil ser o país com maior número de instituições de ensino superior (IES) privadas com fins lucrativos no mundo. Em 2001 ocorreu o processo de entrada de capital estrangeiro na educação superior brasileira, onde houve uma associação da Pitágoras (que é a origem da Kroton), com o Apollo Group, essa associação durou até 2006, quando a Pitágoras comprou de volta a parte dos americanos. Entre 2005 e 2006 ocorreu um caso relevante de fusão e aquisição entre Instituições de Ensino Superior privado no Brasil com a compra de 51% das ações da Universidade Anhembi-Morumbi pelo grupo americano Laureate Inc. e também a compra da Anhanguera pelo Banco Pátria

A partir desse momento na economia do Brasil já existiam fundos exclusivamente destinados a investimentos em educação com isso a Anhanguera lançou ações na Bolsa de Valores, já que a compra de ações na Bolsa de valores não tem limite ao capital estrangeiro e nem na área da educação. A partir deste processo, no governo Lula foi lançado o projeto de Reforma Universitária que tinha uma proposição de que o controle de instituições

educacionais brasileiras por instituições estrangeiras deveria ser de no máximo 30%, mas isso nunca aconteceu, a reforma foi vetada.

Durante o ano de 2011 a Anhanguera comprou a Universidade bandeirante de São Paulo (Uniban). Em 2013 foi anunciada a fusão das empresas Kroton Educacional S.A. e Anhanguera Educacional. A Kroton tem por origem o Pitágoras, de Minas Gerais, e depois se juntou com o grupo Iuni, da Brasil central, e constituiu este aglomerado que se chamou Kroton. A Anhanguera começou com um conjunto de faculdades isoladas, que tinham esse nome porque se localizavam nas cidades ao longo da rodovia Anhanguera, este grupo foi organizado financeiramente pelo Banco Pátria.

Em 2013 também, a rede Laureate Internacional Universities, formada por mais de 70 instituições em 29 países, dona da faculdade Anhembí Morumbi no Brasil, arrematou o Complexo Educacional FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas) e neste mesmo ano a rede carioca Estácio Participações comprou a paulista Uniseb.

No ano de 2016 a Kroton, maior empresa de ensino superior do Brasil, elevou sua proposta pela compra da Estácio, segunda maior empresa desse segmento, a transação passou pela avaliação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) a qual afirmou que está compra pode impactar os preços cobrados e diminuir os incentivos à melhoria da qualidade do ensino superior no Brasil. Os três maiores grupos educacionais – Anhanguera, Kroton e Estácio – detêm 24,2% do mercado de ensino superior privado no Brasil

Esse processo de fusão das IES atinge diretamente as condições do trabalho docente e compromete a qualidade da educação superior brasileira. Entre 2012 e 2013, o número de fusões de empresas de educação cresceu 20%, de 19 para 24 operações, sendo que 13 envolveram instituições que atuam no ensino superior. Este setor de fusão de IES vem passando por uma forte consolidação e a velocidade desse processo e o tamanho das companhias tornam irreversíveis tais estratégias de crescimento.

Para algumas instituições, a educação internacionalizada pode ser uma ferramenta de marketing para divulgação de seu nome em prestígio no cenário nacional e internacional. No Brasil para impulsionar o processo de internacionalização foi lançado o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei 13.005/2014), no qual foram lançadas vinte metas, sendo três destinadas ao ensino superior. A internacionalização aparecer em três momentos dentro dessas metas:

Meta 12.12) Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docentes em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior.

(...)

Meta 13.7) Fomentar a formação de consórcios entre IES públicas, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurado maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

(...)

Meta 14.9) Consolidar programas, projetos e ações que objetivam a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa (PNE, 2014)

Podemos então perceber que o Plano Nacional da Educação além de prevê um aumento de 50% no total de matrículas, ele propôs a internacionalização das IES com ampliação de programas e ações de incentivo aos docentes de cursos de graduação no âmbito nacional e internacional. Em relação ao papel do governo no processo de internacionalização da IES Laus (2004) diz que:

(..) o MEC-Ministério da Educação, o MRE - Ministério das Relações Exteriores e o MCT - Ministério da Ciência e da Tecnologia – vêm atuando como importantes agentes do processo de internacionalização da Educação, da Ciência e da Tecnologia no Brasil. Isto resulta no incremento da internacionalização do meio acadêmico já que, numérica e quantitativamente, os usuários finais de suas políticas são as universidades, principalmente as públicas, onde grande parte da produção científica relevante no Brasil é realizada. (Laus, 2004, pgs. 4)

As Instituições de Ensino Superior privado vem sendo as responsáveis pelo crescimento do número de alunos no ensino superior. Segundo os dados do Inep o número de novos alunos em Universidades Públicas cresceu 5,89% de 2009 e 2014, e nas Instituições de Ensino Superior Privado neste mesmo período cresceu 6,78%. Podemos afirmar que esse aumento de alunos das Universidades privadas se deu por causas das políticas públicas intensificadas nos últimos anos que estavam voltadas para o financiamento público para aqueles que não podem custear seus estudos através do FIES e PROUNI.

O Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior (FIES) é um programa do Ministério da Educação, criado pelo governo federal em 1999 que oferece financiamento estudantil de mensalidades de cursos graduação para estudantes de baixa renda que estejam

regularmente matriculados em instituições privadas de Educação Superior. O financiamento é oferecido para cursos presenciais em instituições de ensino superiores particulares que possuam avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Segundo o portal do Fies o financiamento deste programa ocorreu algumas mudanças quanto ao pagamento:

Em 2010, o FIES passou a funcionar em um novo formato: a taxa de juros do financiamento passou a ser de 3,4% a.a., o período de carência passou para 18 meses e o período de amortização para 3 (três) vezes o período de duração regular do curso + 12 meses. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a ser o Agente Operador do Programa para contratos formalizados a partir de 2010. Além disso, o percentual de financiamento subiu para até 100% e as inscrições passaram a ser feitas em fluxo contínuo, permitindo ao estudante o solicitar do financiamento em qualquer período do ano.

A partir do segundo semestre de 2015, os financiamentos concedidos com recursos do Fies passaram a ter taxa de juros de 6,5% ao ano com vistas a contribuir para a sustentabilidade do programa, possibilitando sua continuidade enquanto política pública perene de inclusão social e de democratização do ensino superior. O intuito é de também realizar um realinhamento da taxa de juros às condições existentes no cenário econômico e à necessidade de ajuste fiscal. (Portal FIES/MEC, 2017).

O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais aos estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos. No portal do MEC podemos perceber que existe uma relação entre os dois programas, o Fies e o ProUni:

Há duas intersecções entre o ProUni e o Financiamento Estudantil (Fies). A primeira diz respeito à prioridade na distribuição dos recursos do Fies às instituições participantes do programa, conforme estabelece o art. 14 da Lei 11.096/05, que instituiu o ProUni. A segunda é a possibilidade de todos os bolsistas parciais de 50% contratarem junto ao Fies o financiamento de metade da parcela da mensalidade que não é coberta pela bolsa. As regras do Fies são as mesmas para todos os estudantes, bolsistas do ProUni ou não. Para que o bolsista do ProUni possa contratar financiamento, a instituição de ensino deve aderir a processo específico do Fies. (Portal Mec , 2017)

Com essas políticas de governo voltadas para a educação superior como o ProUni e o Fies, podemos perceber que ao invés de ampliar somente o alcance do ensino, o governo apenas gerou o maior e mais vultoso movimento de abertura de capital combinado com fusão na educação, fazendo com que o país se tornasse num atrativo de mercado para investidores do mundo. Pois, tanto o ProUni quanto o Fies são programas voltados para o acesso às faculdades privadas, então os investidores além de verem o lucro nos estudantes já

matriculados na rede, eles perceberam o atrativo maior que é a facilidade do financiamento por parte do governo aos cursos superiores na rede privada.

Podemos então perceber que com todas essas ações e transações que vem ocorrendo no ensino superior só revelam cada vez mais o ritmo de expansão deste tipo de instituições de ensino, porém, também se percebe que geralmente essas instituições estão mais preocupadas com os fins lucrativos de que com a qualidade do ensino. Com isso podemos chegar a dizer que neste processo a educação estar sendo tratada como uma mercadoria.

Nesse sentido, a expansão do ensino superior privado organizado como empresa mercantil é um aspecto da expansão capitalista mesma, em suas tendências de internacionalização e hipertrofia financeira. Segundo Sousa (2008), o que se percebe é a ênfase na transformação do ensino priorizando certo “capitalismo educacional” – consequência do declínio do investimento público atrelado ao que este autor entende como o processo da “globalização mercantil”.

Os dois processos marcantes da década – o desinvestimento do Estado na universidade pública e a globalização mercantil da universidade – são as duas faces da mesma moeda. São os dois pilares de um vasto projecto global de política universitária destinado a mudar profundamente o modo como o bem público da universidade tem sido produzido, transformando-o num vasto campo de valorização do capitalismo educacional. Este projecto, que se pretende de médio e longo prazo, comporta diferentes níveis e formas de mercadorização da universidade. (Santos, 2008, p.20)

Segundo dados censitários do Inep, em 2013 das 2391 Instituições de Ensino Superior, 2090 das IES eram privadas, e esse desequilíbrio tem claros impactos sobre a organização do ensino superior no País. O mais preocupante aqui é que os agentes que dominam esse mercado estejam pouco preocupados com o ensino que proporcionam a essas pessoas, pois, o que visam são os lucros que possam obter dentro do mercado, formando assim pessoas com a capacidade crítica inexistente, para que não possam contestar a ordem capitalista vigente, já que essas instituições dependem disso para mercantilizar o ensino.

A mercantilização do ensino superior se reflete também na despreocupação com o trabalho docente — e em sua exploração. A precariedade do trabalho dos professores empregados dessas IES também colabora para que o ensino oferecido esteja longe que deve ser o ideal. Um reflexo dos propósitos lucrativos inerentes às IES privadas reside no fato

dessas instituições frequentemente priorizarem, para compor seu corpo docente, profissionais cuja formação se deu em instituições públicas.

A importância com a qualidade do ensino não é algo recente e aponta que o governo deveria estar frente do problema de modo a regulamentar e exigir uma solução por parte daqueles que assumem o controle das IES privadas, priorizando a qualidade em detrimento da questão econômica. Como destaca Sampaio (2000),

Em suma, a questão da qualidade do ensino superior não passou despercebida nos anos 80; ao contrário, manteve-se acesa no debate público até a LDB de 1996. Em que pesem as diferenças de enfoque e dos interesses envolvidos, essa questão foi considerada em diferentes arenas de discussão do setor público e privado e nas arenas de formulação de políticas do Governo Federal, sobretudo na segunda metade da década. Na época, assistia-se, de um lado, à diminuição da demanda por ensino superior; e de outro, ao crescimento do debate público sobre a qualidade do ensino superior. No debate, pelo menos uma sinalização era consensual: a questão da qualidade deveria constar, com prioridade, da agenda de ensino superior no País. (Sampaio, 2000, p.227)

3. ASPECTOS DA CONSOLIDAÇÃO DA FACE MERCANTIL DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Segundo Silva (2011, p. 136), no âmbito da sociabilidade capitalista, a educação cumpre “uma tarefa basilar para a dominação dos indivíduos: desviar a atenção do manifesto segredo ideológico. Segredo do qual as massas nem desconfiam, mas que é vital para que a dominação permaneça inalterada”.

O que observamos acima remete a um aspecto histórico-estrutural importante: a educação é essencialmente educação para o capital, educação simbolicamente burguesa, transmissora de valores racionais-instrumentais, burgueses;

além da reprodução, numa escala ampliada, das múltiplas habilidades sem as quais a atividade produtiva não poderia ser levada a cabo, o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores no interior da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos não se perpetuam automaticamente. Elas só fazem porque os indivíduos particulares interiorizam as pressões externas; eles adotam as perspectivas gerais da sociedade de mercadorias com os limites inquestionáveis de suas próprias aspirações. (Mészáros, 2006, p.263)

Dados e informações citados no capítulo anterior que revelam compra e venda de ações em IES privadas, fortalecem e evidenciam um processo bem amplo de transformação do setor educacional em atividade mercantil. Com isso pode-se observar que a educação superior brasileira em sua expansão trouxe consequência a qual transformou a educação superior em mercadoria e por consequência uma formação de oligopólios neste setor, privilegiando basicamente o lucro.

Martins (2015) relata que:

Premido pela concorrência intercapitalista, o setor vem se concentrando e internacionalizando, tendo passado por recentes fusões comandadas por capitais estrangeiros de grandes grupos educacionais internacionais e pelo capital bancário nacional, bem como abrindo seu capital para captar recursos no mercado acionário, consolidando assim a sua inserção nos circuitos da financeirização, característicos do capitalismo contemporâneo. Com a

globalização financeira elevando ao seu mais alto grau a centralização e concentração do capital monetário – que atinge assim, como observava Marx, a sua forma mais alienada e fetichizada da relação capitalista.

De acordo com Martins (2015) a hipertrofia financeira, sobrevém forte pressão para multiplicar as oportunidades de obtenção de lucros puramente financeiros, isto é, a partir do capital-portador-de-juros, dado que

a partir do momento em que os bancos e as outras instituições financeiras não se satisfazem mais com suas funções, importantes mas subalternas de intermediação financeira e de criação de crédito a serviço do investimento [produtivo], **elas vão necessariamente abrir a transformação da esfera financeira em campo de valorização específico para operações de novo tipo, suscetíveis de proporcionar mais-valia e lucros financeiros** (Chesnais, 1996, p. 246-47. Negrito no original apud Martins(2015).

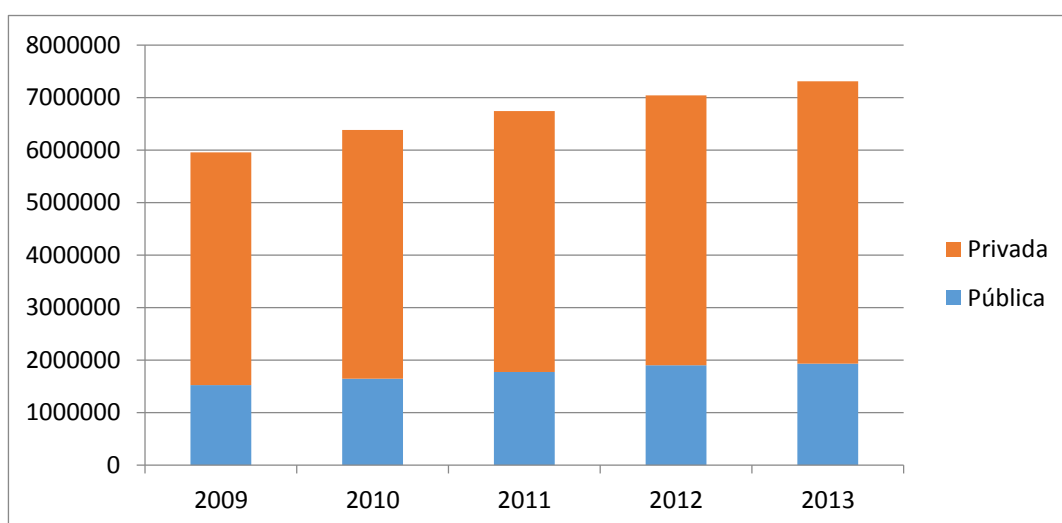
Então desta forma a educação se torna “educação para o capital” a partir do momento em que ela é vendida dentro da lógica do mercado capitalista, onde o trabalhador, nesse caso o educador, vende sua força de trabalho a empresas que conquistaram mais-valia através da compra desse produto.

4. NÚMEROS DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL

A expansão do ensino superior no Brasil aconteceu por via das IES privadas, como pode-se perceber pelos números do censo da Educação Superior apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Segundo dados do INEP os números de vínculos de alunos das IES privadas no período de 2009 a 2013 cresceu mais que o número de vínculo de alunos das IES públicas. Nos últimos cinco anos as matrículas do ensino superior tiveram um aumento de quase 1 milhão nas IES privadas.

Tabela 1: Número de vínculos de Alunos – 2009 a 2013

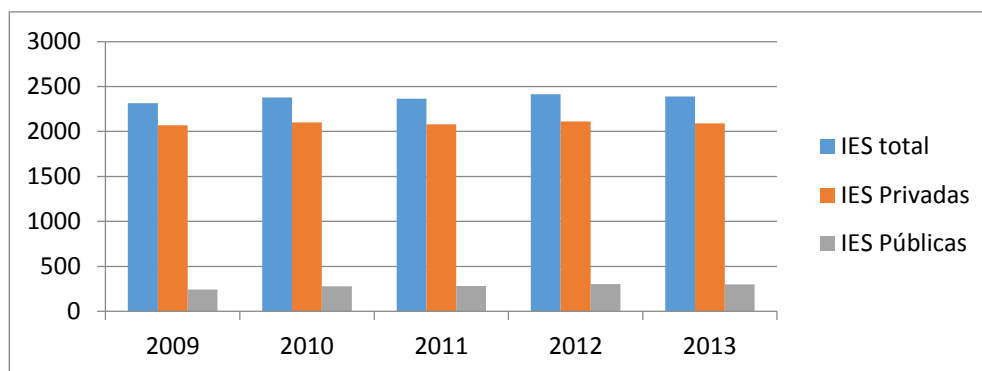


(Elaboração da pesquisadora a partir do CENSO, MEC/INEP)

Segundo Figueiredo (2010, p. 20) “esse crescimento se deu devido à oferta de vagas no setor público ser menor que a crescente demanda por educação, abrindo-se então, a oportunidade para as IES privadas.”

Atualmente segundo os dados do Censo da Educação Superior- INEP mostra que o sistema de ensino superior é composto por 2391 Instituições de Ensino Superior, sendo que 2090 dessas instituições são privadas e concentram mais de 5 milhões de vínculos de alunos, esta evolução é retratada no gráfico abaixo.

Tabela2: Números absolutos de IES, IES privadas e públicas no período de 2009 à 2013

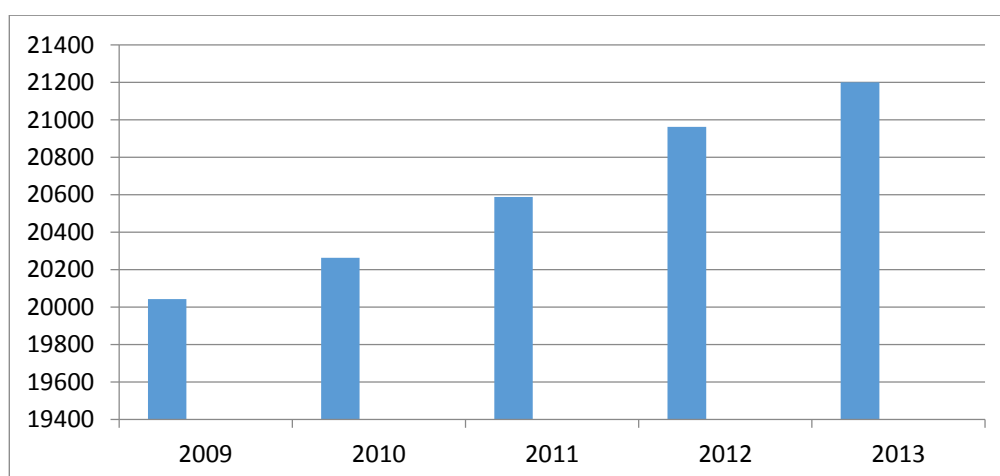


(Elaboração da pesquisadora a partir do CENSO, MEC/INEP)

Esses dados mostram a importante participação neste segmento das IES privadas, porém as IES privadas estão enfrentando situações desafiadoras, quando se trata do cenário econômico é importante observar a grande competitividade de grandes grupos educacionais movimentando este setor. Sampaio (2011) destaca que neste cenário estão surgindo novas possibilidades.

As novas possibilidades de negócios estão dando uma nova configuração para o setor privado de ensino superior no Brasil, tornando-o ainda mais heterogêneo. Somam à tradicional diferenciação do sistema (Clark, 1998) de natureza institucional (instituições isoladas, centros universitários ou universidades), de pessoa jurídica (com finalidade ou sem finalidade lucrativa e, dentre estas, laicas comunitárias ou confessionais), de credo (católicas, protestantes etc.), novas segmentações cujos efeitos no sistema de ensino superior ainda estamos procurando conhecer, como é o caso das instituições “independentes” e das instituições tentáculos de grandes redes educacionais. (SAMPAIO, 2011, p. 40)

Tabela 3: Números de cursos de Educação Superior Privado



(Elaboração da pesquisadora a partir do CENSO, MEC/INEP)

A partir de dados do gráfico acima que mostra um aumento de 1157 cursos em 5 anos nas IES privadas, podemos observar o aumento do desenvolvimento deste setor pois ainda mostram grandes oportunidades que viabilizam investimentos e, conseqüentemente, ao crescimento do segmento. Segundo Laus (2012, p.104)

Tal cenário de crescimento, apesar da crise já apontada, tornou-se promissor para grupos financeiros, alguns com capital internacional, que viram aí uma oportunidade para expandir fortemente suas fronteiras. Sua expansão acentuada vem mantendo-se pela compra de universidades e de faculdades regionais, muitas vezes familiares e/ou com gestão pouco profissionalizada. Dessa forma, o ensino superior de massa torna-se negócio atrativo para as grandes redes pela possibilidade de ganhos de escala, com incremento do número de alunos, atraídos pelos preços da mensalidade e do material didático, localização e investimentos em marketing agressivo.(Lobo; Silva Filho 2010 apud Laus, 2012, p.104)

Diante do exposto podemos perceber que esta expansão do ensino superior busca favorecer a iniciativa privada, visto que programas com o Prouni e Fies possibilitam o aumento das IES privadas, pois tratasse de um cenário econômico presente atualmente nestas IES. Então a partir disto constatasse a presença de grupos educacionais internacionais neste mercado, o qual comprou ações destas instituições acontecendo então o que podemos chamar de internacionalização do ensino superior.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos então concluir que atualmente a educação é vista como mercadoria. A partir desta ideia discorreremos neste trabalho sobre a questão da internacionalização do ensino superior privado no Brasil, pontuamos sobre as questões legais que existem no Brasil quando se trata de internacionalização mais precisamente sobre a internacionalização do ensino superior privado relatamos que existe um Sistema Nacional de Avaliação da educação Superior o qual impõe as regras e normas que devem serem cumpridas pelas IES. Posteriormente mencionamos um pouco do histórico do processo de internacionalização do ensino das universidades no Brasil, assim a partir deste processo percebesse que as instituições de ensino superior no Brasil se consolidaram no mercado com a abertura de capital na bolsa de valores e a participação crescente do investimento internacional.

Portanto a partir da leitura sobre esse processo que estar ocorrendo com a educação superior no Brasil percebe-se que geralmente as instituições de ensino estão mais preocupadas com os fins lucrativos de que com a qualidade do ensino, sendo assim constata-se a mercantilização do ensino superior, ou seja, a educação superior em sua expansão trouxe como consequência a transformação deste setor em mercadoria.

Sendo assim a expansão do ensino superior no Brasil aconteceu por via da privatização das IES privadas como percebemos nos dados do INEP exposto no trabalho, o qual mostra um crescimento da IES privadas e dessa forma podemos aponta o processo de internacionalização como principal fator dessa expansão.

Então podemos chegar à conclusão que a internacionalização do ensino superior no Brasil se transformou em um cenário de mercado em ascensão, e no decorrer da pesquisa percebeu-se que neste processo de implementação existem estratégias políticas como os projetos Prouni e Fies que abrem as portas para a expansão desse processo, já que eles financiam os estudos em Instituições privadas aumentando assim os números de alunos e por consequência um aumento nos lucros tencionando assim a entrada neste mercado de mais grupos educacionais, ocorrendo então esse processo de internacionalização.

Nesta pesquisa procurou-se compreender as políticas de internacionalização do ensino superior no Brasil e concluiu-se que esse processo ocorreu de uma forma acelerada de modo a proporcionar o aumento da importância por parte dos interessados em investir nesse tipo de negócio, fazendo assim com que o ensino superior se torne um tipo de mercadoria no capitalismo. Em linhas gerais durante a pesquisa também podemos chegar a conclusão que com essa mercantilização do ensino superior percebe-se que existe uma despreocupação com o trabalho docente e com a qualidade do ensino, gerando assim uma conclusão que essas instituições atualmente priorizam o lucro.

Essa pesquisa buscou analisar o processo de internacionalização do ensino superior como um processo de mercantilização e a partir do exposto podemos sugerir como um estudo futuro uma pesquisa que transcorra sobre os desafios para o processo de internacionalização do ensino superior Brasil.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Ricardo (org.). *Os clássicos da economia*. São Paulo: Ática, 1997.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- FIGUEIREDO, H. Barreiras para Expansão. *Revista Ensino Superior*, edição 100. Disponível em: <http://revistaensinosuperior.uol.com.br> Acesso em: 22 mar. 2014.
- LAUS, Sonia Pereira. Alguns desafios postos pelo processo de internacionalização da educação superior no Brasil. 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35810/Sonia%20Pereira%20Laus%20-%20ALGUNS%20DESAFIOS%20POSTOS.pdf?sequence=4> Acesso em 30/03/2017.
- LAUS, Sonia Pereira. A internacionalização da educação superior: Um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/304497965_A_Internacionalizacao_da_Educacao_Superior_Um_estudo_de_caso_da_Universidade_Federal_de_Santa_Catarina Acesso em 30/03/2017
- MARTINS, Carlos B. O ensino superior brasileiro nos anos 90. *São Paulo em Perspectiva*, 14 (1), 2000, p.41-60.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 26.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MÉSZAROS, Istvan. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo, Boitempo, 2006.
- PEREIRA, Luciano. Paulo Arantes: excessiva exceção. *Discutindo Filosofia*, São Paulo, ano 3, n. 13, p. 20-26, 2008.
- SAMPAIO, Helena. *Ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 2000.
- SILVA, Alex Sander. Fetichismo, alienação e educação como mercadoria. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v.19, n1, p.123-139, jan./jun. 2011
- SOUSA SANTOS, B. *A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. Educação sociedade e culturas*. São Paulo: UNESP, 2008.
- Censo da Educação Superior. Disponível em <http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard> Acesso em 18/10/2017
- Portal do MEC. Disponível em <http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies> Acesso em: 05/04/2017
- Como funciona o acesso do Prouni e Fies. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prouni-sp-1364717183/como-funcionaacesso> Acesso em: 05/04/2017